

O FATO GEOGRÁFICO

Carlos Santos *

Resumê:

Human action on earth surface has a natural flowing result. This flow expresses all intentionality oriented towards a utilitarian logic, that is, the resolution of human survival is translated into the attribution of functions to the things. This behavior of man before things implies in the humanization of nature. The meaning of this is called geographic fact. Besides, we discuss the indispensability of this molding of things into human crafts, since being the things space, they are able of construction however the space in itself is not. In other words, we consider space a datum and, therefore, only able of qualification. Furthermore, we shall analyse the formation of place as expression and support, in a fundamental way, of the spacial qualification process and we elect the Pheromenology as the adequate approach of this study.

INTRODUÇÃO

A problemática geográfica, cheia de dicotômias, depende, no entanto, de abordagens adequadas da fenomenologia espacial no sentido que Husserl dá quando fala de vivências fenomenológicas. Porquanto o caráter geográfico das coisas implica na espacialização do mesmo. Isto é, antes de mais nada, é preciso considerar-se que o espaço é, de forma absoluta, a princípio, a única forma de viabilização da existência das coisas. Tudo só pode existir se houver espaço. Conseqüentemente o espaço é condição de possibilidade (até prova em contrário). Assim sendo, o fato geográfico tem, como qualquer outro fato, caráter espacial. Porém, como definir o fato geográfico ?

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia

O espaço, enquanto fato concreto, substantivo, não é, evidentemente, passível de construção, pois é um dado natural apreendido intuitivamente; portanto o espaço não é construível. Entretanto, o espaço é suscetível de atributos, ou seja, o espaço pode ser qualificado. Desta forma o problema geográfico pode ser esclarecido.

Se considerarmos o espaço como sendo, a princípio, a superfície terrestre (incluindo a atmosfera), poderemos verificar a ocorrência de dois tipos de fenômenos. Processos do espaço e processos no espaço. Os fenômenos que são inerentes ao espaço poderiam ser chamados de estruturais porquanto fazem parte, ou melhor, dão a dinâmica da estrutura da face terrestre: são os processos que atuam sobre a superfície terrestre, ou seja, os processos biológico-humanos. Tais processos instrumentalizam os fenômenos físico-químicos. Não há nenhum ser vivo que consiga sobreviver sem construir o seu habitat. Porém, acontece que, dos fenômenos que atuam no espaço terrestre, os processos humanos, ao longo da evolução, ganharam uma relevância atualmente sob o domínio da ação humana. Assim sendo, a organização do espaço terrestre obedece aos mecanismos dos processos humanos. Ora, a ação humana na face terrestre é, antes de tudo, a atribuição de funções a pontos da superfície terrestre. O caminho, o abrigo e a extração de alimentos dão a locais do espaço caráter de utilidade humana. Tal caráter transforma, então, uma porção da superfície terrestre em habitat humano, ou melhor, em lugar geográfico. Portanto, o lugar geográfico, melhor dizendo, o fato geográfico, resulta de uma qualificação do espaço terrestre.

Pelo visto, facilmente deduz-se que os mecanismos que explicariam a construção geográfica devem ser procurados nos processos humanos. Por outro lado, a ação humana, na moldagem do espaço, tem por conteúdo as formas de relações que os seres humanos travam entre si no trabalho de construção de objetos geográficos (circulação, abrigo e alimentação). Isto posto, podemos então afirmar que a intencionalidade das ações humanas, mediadas pelas relações sociais, imprimem funções no espaço. Estas funções expressam fielmente aquela intencionalidade que, ao condicionarem as relações sociais, realizam, no espaço, o seu sentido. Ou se-

ja, a organização espacial espelha fielmente a qualidade das relações sociais. Melhor dizendo, a geografia resulta de uma qualificação do espaço pelas relações sociais.

Por outro lado, como já dissemos, o espaço é o único veículo, a princípio, viabilizador das intenções humanas, pois qualquer carência humana só se realiza havendo espaço. Em função disto, o espaço é alvo de disputa. Todos os seres vivos disputam a possibilidade de territorializar uma porção do espaço visando a sua sobrevivência. E o ser humano não foge a esta regra. A diferença é que o ser humano desenvolve técnicas muito mais poderosas de sobrevivência. Tais recursos capacitam o homem com um imenso poder de monopolizar espaço. Esse monopólio leva o homem a instrumentalizar não só os demais seres vivos como também os de sua própria espécie.

A partir deste ponto, constatamos que a construção geográfica é um ato político. O monopólio do espaço é um exercício de poder. Ou seja, a instrumentalização do espaço, de forma monopolizada, explica a hierarquização social. O poder político atua no sentido de marginalizar parte da sociedade do domínio do espaço, vinculando-se ao domínio de quem açambarca o espaço. Por isso, o fato geográfico é uma expressão política porque expressa em sua forma (de maneira codificada) um discurso ideológico.

ESBOÇO DE UMA TEORIA DE LUGAR

A consideração de que o espaço é condição de possibilidades nos induz à apreciação de que a possibilidade das coisas existirem não só prova a existência do mesmo como, também, atesta a sua materialidade. Destarte, a concretude do espaço se expressa possibilitando as coisas e se revelando palpável, acessível, à sensibilidade humana (pelo menos). Porém, a apreensão do espaço objeto de conhecimento não pode ser feita de forma intelectual². Isto quer dizer que não é possível a construção de categorias, ou seja, de mediações, para a análise do espaço. Assim sendo, o espaço, no caso da Geografia, não pode ser objeto de estudo, pois ele se nos revela intuitivamente. É algo que nos é intrínseco, e não estando fora de nós, não carece de que busquemos intelectual-

mente, cientificamente, formas para apreendê-lo. Pois a ciência resulta de uma relação sujeito-objeto. O espaço é ocupável (recetáculo) e condicionante (possibilita).

Entretanto, é possível analisarmos a questão do espaço se tentarmos para as representações que fazemos dele. Quer dizer, no âmbito da conscientização do espaço - o que nos coloca no campo da fenomenologia³. Em vista disso, importam-nos o plano - a inscrição da lógica humana no espaço. Porque o fenômeno geográfico não é um evento natural do espaço; ele é, sim, a expressão espacial de uma construção mental. Isto é, sob o ponto de vista geográfico, o que resulta da relação homem-espaço.

Como já discutimos antes, o homem como qualquer outro animal não pode sobreviver sem um habitat. É preciso haver um ponto conhecido de água potável, uma área de coleta de alimentos, um abrigo e caminhos que liguem esses pontos. Ora, a domesticação de um local transformando-o em habitat institui o lugar. E o lugar o é assim, pelas características funções atribuídas pelo homem a partir de um determinado local. Tais funções dariam as paisagens singulares do lugar, tornando-o espaço humano - um ponto geográfico. Com efeito, o lugar pode ser considerado como uma categoria básica, a mais fundamental, da Geografia. Porquanto ela expressa, claramente, a domesticação pelo homem de uma porção do espaço. Mas o lugar tem por conteúdo um conjunto de paisagens que exprimem finalidades que, por sua vez, caracterizam a finalidade do lugar. E cada paisagem guarda uma função. A função resulta de atribuição específica dada pelo homem a parte de um local. Assim, a atribuição de funções humanas ao espaço resulta num conjunto de paisagens que compõem um todo funcional - o lugar. A paisagem é, portanto, um conceito fundamental na gênese do fato geográfico: o lugar.

A título de exemplificação, consideremos um apartamento. Digamos que ele seja o lugar de moradia dentro de uma região residencial. Ora, um apartamento, como sabemos, se compõe de sala de visita, sala de jantar, quarto de dormir, banheiros, cozinha e área de serviço. Um apartamento simples. Que temos? Uma porção espacial moldada, qualificada, pela função de morar. Porém, esse espaço qualificado é diferenciado. Ele possui partes que

cumprem funções específicas. Cada função apetrecha a sua dependência correspondente com objetos funcionais que dão ao cômodo uma paisagem característica. E isso de uma forma tão forte que mesmo na ausência do mobiliário, cada dependência, cada fração desse espaço, fala de sua função singular dentro do contexto do todo.

O que estabelecemos acima pode ser extrapolado para outros eventos geográficos. É uma questão de escala. Poderíamos enquadrar todo o território brasileiro dentro da fórmula acima. O que, aliás, nos revelaria bastante a respeito das funções atribuídas às regiões brasileiras. Tal metodologia poderia desvendar, através das políticas dos órgãos federais, com relação ao desenvolvimento regional, o papel reservado a cada região, no contexto do país como um todo.

O esboço de uma teoria de lugar é um passo no sentido de mostrar que o fato geográfico tem sua gênese na atribuição de funções humanas a pontos da superfície terrestre, nosso espaço cotidiano, onde se desenrola a nossa luta pela sobrevivência. E como só contamos, a princípio, com ela, a gênese do lugar é uma disputa.

Pois as funções que constituem o lugar têm o seu acesso controlado por uma lógica política. Assim, o lugar, fruto de um ato político, tem a sua funcionalidade gerida por mecanismos políticos que podem facilitar o acesso do corpo social às suas funções. Por outras palavras, os objetos ou funções de um lugar, suas paisagens, traduzem-se em equipamentos sociais tais como meios de saúde, educação e emprego, que dependem do controle do poder político.

TERRITORIALIDADE, CONCEITOS E CATEGORIAS EM GEOGRAFIA

A noção de território tem, implicitamente, uma conotação política, uma vez que o conceito de territorialidade traz embutida a preocupação de preservação de limites - de defesa de uma área delimitada. Na verdade, a noção de território é a projeção, a nível de um lugar, daquele espaço que todo animal, e principalmente os mamíferos, delimita em torno de si e o defende até a

morte. No caso do homem, tratar-se-ia daquele espaço pessoal, íntimo, sagrado, considerado inviolável, cuja transposição de limites só é feita pacificamente com o consentimento do dono.

A noção de território é mais abrangente do que o conceito de lugar; o território contém um lugar ou vários lugares. O lugar é um espaço de ocupação natural das coisas. Mesmo se tratando de lugar geográfico, ou seja, de uma porção de espaço humanizado, cujo conteúdo as paisagens é um conjunto de funções humanas (cada função materializada numa forma natural tal, uma montanha, um rio ou formas resultantes do trabalho humano como uma construção ou um campo lavrado), cada função geográfica destas, de per si, ocupa um lugar. A territorialidade se manifesta quando são explicitados os limites de um conjunto de funções, um aglomerado de paisagens, que dão feição ou que definem um lugar em sua singularidade e personalidade. Logo, o território é um atributo político designado ao lugar, significando uma conotação de posse, de propriedade. O território é como se fosse a extensão a uma área delimitada da própria epiderme do indivíduo ou grupo de indivíduos que construíram a individualidade desse espaço, fazendo-o a sua "pátria". Assim sendo, qualquer avanço não consentido nos limites desse lugar é, como se fosse uma agressão física a seus habitantes.

Em função das considerações acima, o território se afigura, também, como um conceito básico da Geografia, podendo, inclusive, ter o valor de uma categoria fundamental da Geopolítica.

Estabelecido o problema da hierarquia dos conceitos e categorias dentro da Geografia, poderíamos então, pelo que já desenvolvemos até agora, apresentar uma sequência de conceitos na tentativa de mostrar uma imagem esquemática de uma estrutura teórico-conceitual da geografia.

Ao apreciarmos o conceito de lugar, encontramos a sua estruturação apoiada na atribuição de funções a objetos naturais (montanha, rio, vale, etc.) ou a artefatos produzidos pelo trabalho do homem (armazéns, residências, agricultura, etc.). Tais objetos formam as paisagens. Porém, o que são os objetos cuja presença no cenário do lugar originam as paisagens ?

Ora, as funções atribuídas aos objetos, naturais ou não, são

resultantes da instrumentalização, pelo homem, do espaço e de seus recursos. Ao fazer as coisas atuarem como instrumentos seus, o homem as torna extensões de si mesmo. Da mesma forma que um garfo é como se fosse uma extensão da mão, a casa, mutatis mutandi, seria uma segunda pele. Dessa forma, todo aparato espacial utilizado pelo homem tem sempre a organicidade de uma função do seu próprio corpo. Poderíamos, então, em função do exposto propor um conceito que daria razão de ser à paisagem: o termo extenso, uma vez que os objetos geográficos cumprem sempre uma função orgânica do próprio homem.

A partir do conceito de extenso⁴ vislumbramos um princípio básico para a Geografia, no sentido de que é em função desse princípio que o fato geográfico surge. O princípio em questão seria o conceito de utilitarismo.

Qualquer ciência busca no real uma explicação utilitária, ou como diria Kolakowsky, "uma explicação eficaz"⁵. Ou seja, a abordagem científica do real nunca é no sentido de se obter uma explicação verdadeira, mas sim de se extrair dele algo de útil. Destarte, a Geografia, também, não foge à regra. A utilização do espaço e de seus recursos visa a uma finalidade utilitária: a construção de objetos que sirvam ao homem.

Dessa forma, o princípio do utilitarismo seria o mecanismo mais íntimo na formação do fato geográfico. Ele daria significado ao conceito de extenso e seria o mais rigoroso na hierarquia das categorias geográficas. Depois do conceito de extenso teríamos a paisagem como categoria básica da Geografia. Em seguida, viria uma categoria de fato: o lugar. A noção de território seria a categoria política do lugar. Ligada ao conceito de lugar há outra categoria de importância fundamental para a Geografia, e que dá razão de ser ao lugar. Trata-se da categoria população. População, dentro do nosso enfoque, seria o grupamento humano que diferencia o espaço que ocupa com a alocação de funções diferenciadas. Essa alocação de funções implica na organização espacial do lugar. Logicamente, a organização do espaço vai refletir a divisão social do trabalho e a hierarquia social. O que ressalta disso é que da qualidade da organização do espaço do lugar é que vai resultar o acesso de toda população às diferentes

funções alocadas. Ou até que ponto os equipamentos resultantes do trabalho da maioria serão acessíveis a essa mesma maioria.

Agora, com os conceitos e categorias mencionadas, teríamos o esquema de uma teoria geográfica. E num patamar acima, obteríamos, calcada na teoria, a construção de um modelo de gênese do fato geográfico. E como ápice dessa pirâmide conceitual teríamos, por fim, o paradigma dessa estruturação: a Fenomenologia.

A fenomenologia atuando como paradigma do nosso estudo da gênese do fato geográfico, nos orienta para a busca da essência do fenômeno em questão. Essência no sentido de como a geografia, ao surgir do vivenciamento humano do espaço, expressa a percepção humana do mesmo. Assim, ela nos parece imprescindível na elaboração de uma Geografia Geral, uma vez que o que importa não é o espaço e seus recursos em si, mas a maneira como estes elementos são conscientizados e, em seguida, planejados pelo homem.

Elaboramos, então, em função do que discorreremos, a seguinte esquematização conceitual. Ela obedece a uma lógica que é a de que a rigurosidade em termos de precisão na explicação diminui à proporção que se sobe da base para cima. Inversamente, o grau de abstração, de generalidade conceitual, aumenta fazendo-se o mesmo percurso.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - COSTA, Wanderley Messias da. O espaço como uma categoria de análise. 1975. mimeo.
- 2 - ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro, São Paulo, 1972. Verbete: Fenomenologia.
- 3 - ENCICLOPÉDIA MIRADOR INTERNACIONAL. São Paulo, Rio de Janeiro, 1977. Verbete: Fenomenologia.
- 4 - ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 1977.
- 5 - HUSSERL, Edmund. Investigações lógicas. In: HUSSERL. São Paulo, Abril Cultural, 1975. Col. Os Pensadores.

- 6 - KOLAKOWSKY, Leszek. A presença do mito /s.l./ Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- 7 - SANTOS, Carlos. O conceito de extenso, ou a construção ideológica do espaço geográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 49. São Paulo, 1984. Anais... livro 1. v.2.

NOTAS

- 1 HUSSERL (1975) p. 182
- 2 Cf. COSTA (1982)
- 3 ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA (1977)
- 4 Cf. SANTOS (1984)
- 5 KOLAKOWSKY (1981)